

CIDADE ABERTA

AJ15266

PEDRO MAIA



Por que os presos ainda não trabalham?

O filósofo Platão designava pena prisional como “a medicina da alma”. Acreditava que, assim como o médico às vezes é obrigado a fazer o paciente sofrer para depois curá-lo, o Estado, da mesma forma, impõe ao criminoso o sofrimento da pena para purificá-lo perante a sociedade pelo mal causado. Na verdade, ninguém pode afirmar que cadeia produz sempre efeitos curativos.

Via de regra, faz exatamente o contrário, porque nossas prisões se transformaram em verdadeiras escolas de crimes e perversões, de onde poucos saem regenerados e muitos voltam às ruas degenerados.

Como já afirmamos aqui neste espaço, os índices de reincidência atingem 70% em todo o País, o que deixa claro que algo de podre acontece no sistema carcerário deste nosso Brasil varonil.

Segundo os mais respeitados estudiosos do problema prisional brasileiro, a principal tônica desse desastre repousa no simples fato de que presos, na grande maioria, cumprem pena submersos num ócio tedioso e absurdo, o que não lhes permite um horizonte de vida pelo menos racional.

Ensina um manjado ditado popular que “mente desocupada é oficina do diabo”.

No caso em tela, essa máxima se aplica com exatidão, pois a falta de projetos nesse sentido é quase total, atinge o cerne da disciplina. Sem nada para fazer, só resta aos apenados sonhar com liberdade, o que aumenta a tensão nos cubículos e culmina em constantes rebeliões e fugas.

Nos últimos tempos, muito se tem falado sobre privatização de prisões e pouco se tem feito para que isso vire realidade. Em vários estados, a iniciativa foi implantada com relativo sucesso.

Aqui mesmo no Espírito Santo, em Colatina, um projeto piloto está em funcionamento, tudo indicando que vai tudo bem.

Afinal, aproveitar mão de obra dos presos seria vantajoso para todos, tanto empresas como sociedade seriam beneficiadas pelo trabalho nas penitenciárias.

Os presos também seriam re-

compensados pelas seguintes razões: a cada três dias de trabalho, ganhariam um de redução de pena; seriam pagos pelo trabalho realizado, por salário fixo ou por produção; 10% desses salários seriam poupados, formando um fundo para quando a liberdade chegar.

Os salários serviriam também para manter suas famílias durante o cumprimento da pena e, finalmente, aprendizado de profissão seria útil para conseguir emprego fora da prisão.

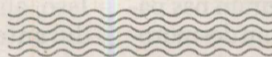
As empresas que resolvessem participar sairiam ganhando, pois preso não tem vínculo com CLT.

Com isso, economizariam até 60% dos custos de mão de obra ao não pagar benefícios como férias, 13º e FGTS.

Poupariam também na instalação de unidades de produção, pois usariam a infraestrutura do projeto com espaço, água e energia elétrica da própria prisão.

Por fim, os presos, obviamente, faltam menos ao trabalho do que operários comuns.

A sociedade, por sua vez, sairia ganhando porque trabalho aumenta chances de ressocialização, evitando reincidência quando voltassem às



**Trabalho,
quando existe,
ocupa
condenados,
diminui
tensões,
evita
fugas e
rebeliões**

ruas.

Além disso, 10% dos salários dos apenados manteriam um fundo que pagaria o trabalho de outros detentos na manutenção das unidades prisionais.

Trabalho, quando existe, ocupa condenados, diminui tensões, evita fugas e rebeliões e, mais importante, presos adquirem noções de hierarquia, cumprimento de horários e metas de produção. E não sobraria tempo para maquinar maldades e coisas tais.

Por que ainda não são desenvolvidos projetos nesse sentido?